

# ***Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG)***

---

***Plano de Trabalho da Fase II  
Revisão 00  
Agosto/2021***

**SUMÁRIO**

<b>I</b>	<b>– SUMÁRIO EXECUTIVO .....</b>	<b>3</b>
<b>II</b>	<b>– RECORTE ESPACIAL.....</b>	<b>4</b>
<b>III</b>	<b>– PÚBLICO DEFINIDO .....</b>	<b>6</b>
<b>IV</b>	<b>– OBJETIVOS.....</b>	<b>6</b>
	IV.1 – OBJETIVO GERAL .....	6
	IV.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	7
<b>V</b>	<b>– METODOLOGIA CONSOLIDADA .....</b>	<b>7</b>
	V.1 1ª ETAPA – ESTRUTURAÇÃO E PLANEJAMENTO .....	9
	V.2 2ª ETAPA – RETOMADA DAS AÇÕES PRESENCIAIS .....	9
	V.3 3ª ETAPA – AÇÕES FORMATIVAS ESTRUTURANTES .....	11
	V.4 4ª ETAPA – INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E ENCONTROS TEMÁTICOS .	13
	V.5 5ª ETAPA – PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DO ENCONTRO DE ENCERRAMENTO DA FASE 2.....	14
	V.6 6ª ETAPA - FORMAÇÃO PERMANENTE DA EQUIPE .....	15
	V.7 – 7ª ETAPA – COMUNICAÇÃO.....	16
	V.8 – ETAPA DE TRANSIÇÃO.....	17
<b>VI</b>	<b>– ATIVIDADES PREVISTAS PARA A ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO .....</b>	<b>18</b>
<b>VII</b>	<b>– METAS E INDICADORES .....</b>	<b>18</b>
<b>VIII</b>	<b>– PREVISÃO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS (FASE 3).....</b>	<b>18</b>
<b>IX</b>	<b>– PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS .....</b>	<b>19</b>
<b>X</b>	<b>CRONOGRAMA FÍSICO .....</b>	<b>21</b>
<b>XI</b>	<b>– RESPONSÁVEL TÉCNICO E CADASTRO TÉCNICO FEDERAL .....</b>	<b>22</b>
<b>XII</b>	<b>– REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>

## ***I – SUMÁRIO EXECUTIVO***

Em continuidade à execução do Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG), processo Ibama nº 02022.001467/2010-2, apresentamos nesse documento o **Plano de Trabalho (PT) da Segunda Fase do Projeto**, envolvendo os municípios do Rio de Janeiro, Magé, Itaboraí e Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. O PEA Baía de Guanabara visa atender condicionantes do licenciamento ambiental federal de empreendimentos marítimos de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás (P&G) na Bacia de Santos, através da implementação de processos educativos no âmbito do desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental Crítica<sup>1</sup>, conforme documentos técnicos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA. O PEA-BG integra o Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (PEA Rio – 4ª Região).

O presente documento apresenta uma proposta de permanência macroestrutural do que foi estruturado no Plano de Trabalho do PEA-BG para a Fase 1, aprovado pelo órgão fiscalizador em outubro de 2019 (Parecer Técnico nº 357 COPROD/CGMAC/DILIC). Mantem-se a Linha de Ação A (Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental), prevista na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010; Recorte Espacial; Execução do Projeto por meio de sete Etapas complementares; Objetivos; Metodologia Dialógica e Participativa pautada na concepção estruturante da Educação na Gestão Ambiental Pública; Vinculação das Ações Educativas aos quatro Eixos Temáticos delimitados (Sentido de Pertencimento, Licenciamento Ambiental, Ordenamento e Gestão Territorial e Economia Solidária / Geração de Trabalho e Renda); Formação Permanente da Equipe; e Comunicação.

Tal proposição se pauta na necessidade de restaurar o processo de mobilização em campo, avançar nas ações formativas, estreitando o relacionamento entre o projeto e as comunidades que o contexto pandêmico inviabilizou.

---

<sup>1</sup> O IBAMA ao tratar da “educação no processo de gestão ambiental” salienta que não se trata de estabelecer um outro tipo de educação ambiental, mas da aplicação dos pressupostos da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória nos instrumentos da gestão ambiental pública. Considerando o posicionamento do referido Órgão Ambiental, convencionamos chamar de “Educação Ambiental Crítica” a proposta de educação exercida nesse PEA pois, segundo Carlos Frederico Loureiro, “para a educação ambiental ser emancipatória e transformadora, ela tem que ser necessariamente crítica”.

Para a Fase 2, está prevista a realização de atividades híbridas, considerando ainda um cenário instável com possibilidade de retorno ao isolamento social. Um dos desafios é retomar o contato com o público prioritário em sua totalidade, contextualizando-os sobre as atividades realizadas de forma remota na Fase 1, procurando reintegrar os grupos que não se adequaram ao formato virtual na dinâmica do Projeto e dos processos em curso nas localidades.

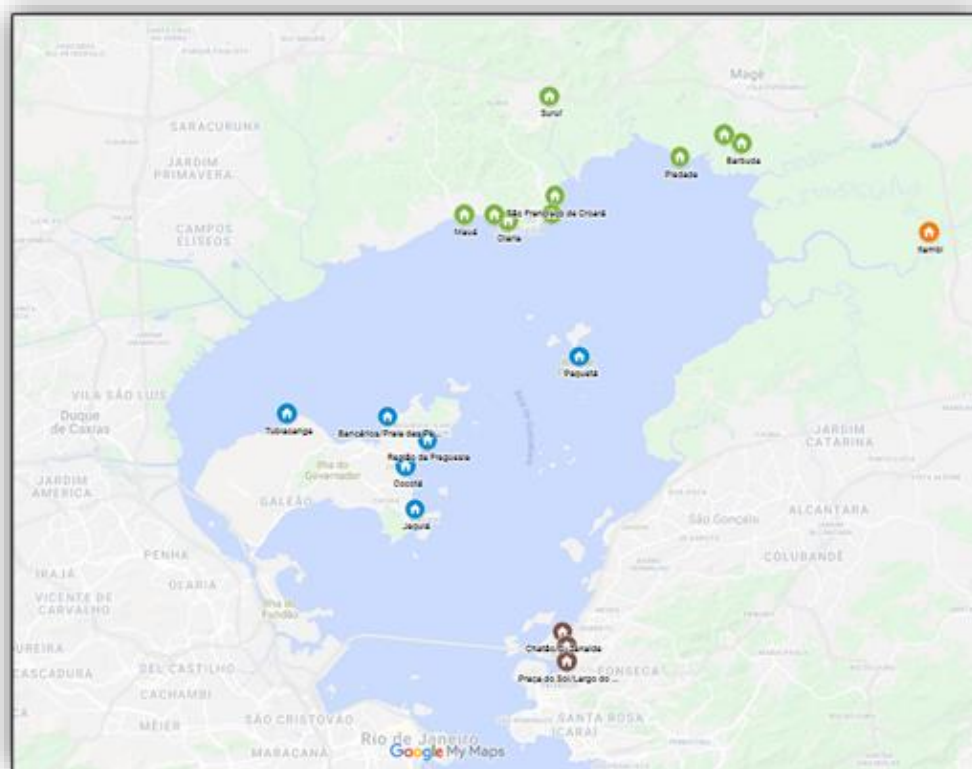
Esse Plano prevê a duração de dois anos para a Fase 2 do projeto, sendo iniciado por dois (02) meses para planejamento, e finalizado por cinco (05) meses de transição para a Fase 3, conforme apresenta cronograma físico (Quadro III).

## ***II – RECORTE ESPACIAL***

Mantém-se o recorte espacial do PEA-BG: 19 comunidades tradicionais de pesca artesanal atuantes na Baía de Guanabara, localizadas nos municípios Rio de Janeiro, Niterói, Itaboraí e Magé. Em decorrência da pandemia, foi proposta, na Fase 1, a nucleação de algumas localidades para realização de atividades formativas, visando garantir um quórum satisfatório e promover debates e reflexões que favorecessem a continuidade do processo de organização e fortalecimento da categoria de forma remota. Para a Fase 2, registra-se a continuidade da nucleação. Objetiva-se dar continuidade ao processo de troca entre as comunidades, além de não desestimular a participação em atividades virtuais futuras. Pois, conforme mencionado, uma das premissas é, mesmo com o retorno presencial, instituir atividades híbridas para dar suporte ao projeto no caso de retorno ao isolamento social. Os municípios e comunidades de abrangência estão detalhados no **Quadro I** e localizados na **Figura I**, a seguir:

Quadro I – Comunidades Participantes do PEA-BG e nucleações realizadas	
Município	Comunidades
Rio de Janeiro 3 nucleações	Tubiacanga / Bancários
	Cocotá / Jequiá / Freguesia
	Ilha de Paquetá
Magé 4 nucleações	Mauá / Anil / Olaria
	São Francisco da Coroa / Coroa de São Lourenço
	Piedade / Canal / Barbuda
	Suruí
Itaboraí 1 nucleação	Itambi
Niterói 1 nucleação	Chacrinha / Chatão / Largo do Sol

*Figura I – Localização das comunidades participantes do projeto.*



### **III – PÚBLICO DEFINIDO**

O sujeito prioritário é constituído por pescadores e pescadoras artesanais, que usam o espaço marinho da Baía de Guanabara como principal espaço para a realização de suas atividades profissionais.

O resultado cumulativo da realização das oito (08) etapas do PEA-BG na Fase 1, mesmo com maioria de execução remota, contribuiu para melhor compreensão dos atores em relação à problemática socioambiental em sua complexidade e consequente intervenção mais qualificada na realidade; regionalização de demandas e valorização da tradição e da identidade pesqueira enquanto categoria. Durante a realização da Fase 1 foi possível realizar a caracterização das comunidades contempladas pelo projeto, identificando o perfil das localidades e suas principais demandas. Essa caracterização encontra-se anexada junto a “Revisão Parcial do Plano de Trabalho do Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG) – Região 4”, documento protocolado e aprovado pelo órgão ambiental (Parecer Técnico nº 296/2021 COPROD/CGMAC/DILIC).

No geral, as comunidades apresentam-se de maneira diversificada, abarcando um conjunto de problemas de infraestrutura para exercer a pesca, conflitos, potencialidades socioambientais e diferentes níveis de organização comunitária. A maneira como essas questões se apresentam para cada comunidade, estabelece o nível de engajamento ao projeto.

O PEA-BG pretende constituir-se como espaço pedagógico de apoio às demandas das comunidades nos territórios, de forma a contribuir para o seu fortalecimento. Para a Fase 2, a execução do projeto atuará com a premissa de estabelecer, junto ao público definido, o reconhecimento de parceria em todo território de abrangência.

### **IV – OBJETIVOS**

#### **IV.1 – OBJETIVO GERAL**

Promover, por meio de processo educativo, o fortalecimento da organização social, política e econômica das comunidades que exercem a pesca artesanal na Baía de Guanabara, a fim de intervirem de forma qualificada na gestão socioambiental do seu território.

## ***IV.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS***

1. Fomentar a participação das comissões comunitárias nos processos de mobilização de maneira contínua, através de atividades voltadas para esses grupos;

2. Incentivar ações de articulação intercomunitária e interinstitucional que contribuam para troca de experiências e aprimoramento das atividades socioeconômicas das comunidades, formando e fortalecendo o protagonismo político dos sujeitos para atuarem efetivamente em processos de ordenamento territorial, licenciamento ambiental e melhoria da qualidade socioambiental do território onde vivem e desenvolvem suas atividades;

3. Promover processos de valorização e reconhecimento do trabalho de todos os envolvidos na cadeia produtiva da pesca artesanal, estimulando a busca pelos seus direitos, principalmente como categoria profissional, o que inclui a regularização junto aos órgãos oficiais que ordenam a atividade de pesca;

4. Promover a troca intergeracional dos saberes tradicionais pesqueiros, visando a permanência e continuidade da atividade pesqueira local, impulsionando novos processos de transformação da realidade dos sujeitos;

5. Acompanhar ações previstas nos Pré-Projetos Comunitários (Projetos-Piloto), a fim de verificar possibilidades de avanços no enfrentamento dos impactos e problemas socioambientais apontados no Diagnóstico Participativo, contribuindo, assim, para a mitigação destes;

6. Monitorar ao longo das ações educativas, a possível inclusão de novas comunidades que estiverem em consonância com os critérios de elegibilidade para iniciarem o processo de elaboração de Pré-Projeto Comunitário.

## ***V – METODOLOGIA CONSOLIDADA***

Em consonância com o Plano de Trabalho apresentado na Fase 1, o presente documento corrobora o compromisso de estruturar o PEA-BG a partir da premissa de que as ações a serem desenvolvidas constituirão um processo socioeducativo estruturante, ou seja, de fortalecimento socioeconômico e cultural, baseado na construção de um campo de aprendizagem social significativa, que contribua para o controle cidadão e para a intervenção social qualificada. Essa interpretação baseia-se nos pressupostos da Educação

Ambiental (EA) no licenciamento e gestão pública (IBAMA, 2002), que se pauta na concepção da EA Crítica (ANELLO, 2009; LOUREIRO, AZAZIEL e FRANCA, 2007; LOUREIRO, 2009), como caminho metodológico para trabalhar as demandas centrais das comunidades envolvidas com a cadeia produtiva da pesca artesanal.

A intencionalidade pedagógica adotada para o PEA-BG visa, portanto, favorecer a emancipação dos grupos socialmente excluídos e vulneráveis, instrumentalizando-os para participação cidadã nos processos decisórios que envolvem a gestão dos territórios onde vivem e atuam. Desta forma, buscando dar continuidade ao trabalho realizado na Fase 1, será mantido o processo de formação que favoreça o acesso e a interlocução das comunidades abrangidas pelo PEA às esferas decisórias de gestão pública e ambiental, na Fase 2.

Considerando o caráter complementar da Fase 2, os Eixos Temáticos definidos anteriormente serão mantidos. Assim, as ações pedagógicas propostas para o período deverão ter como guia orientador os seguintes temas:

- Senso de Pertencimento
- Economia Solidária (PGTR)
- Indústria do Petróleo e Gás e Licenciamento Ambiental
- Ordenamento e Gestão Territorial

Tais eixos serão trabalhados a partir das ações previstas ao longo deste documento sendo, portanto, correspondentes à Fase 2, cuja estrutura pedagógica está alicerçada em sete etapas. Das etapas descritas a seguir, cabe destacar que duas delas (6ª e 7ª Etapas) são transversais e serão executadas durante todo o período de implementação deste Plano de Trabalho. As Etapas descritas a seguir serão desenvolvidas em 24 meses. São elas:

- a) 1ª Etapa – Estruturação e Planejamento – do 1º ao 2º mês;
- b) 2ª Etapa – Retomada das Ações Presenciais – do 1º ao 20º mês;
- c) 3ª Etapa - Ações Formativas Estruturantes – do 4º mês ao 22º mês
- d) 4ª Etapa - Intercâmbio de Experiências e Encontros Temáticos – do 6º ao 22º mês;
- e) 5ª Etapa - Elaboração e Realização do Encontro de Encerramento da Fase 2;
- f) 6ª Etapa – Formação Permanente da Equipe – do 1º ao 23º mês;
- g) 7ª Etapa – Comunicação – do 1º ao 24º mês.

A seguir, cada uma dessas etapas é apresentada de forma sucinta.



## V.1 1ª ETAPA - ESTRUTURAÇÃO E PLANEJAMENTO

Esta etapa compreende o período de (re) estruturação da equipe executora, de planejamento e sistematização das ações que serão realizadas junto aos sujeitos da ação educativa, bem como o início da mobilização, considerando a possibilidade de retomada das atividades presenciais. Conforme apresentado no cronograma físico, estas ações serão realizadas nos 1º e 2º meses de execução deste Plano de Trabalho.

Destaca-se que, eventualmente, poderão ser registradas ações previstas para a 2ª Etapa, já que as Visitas Exploratórias poderão ocorrer já nos primeiros meses de atividade. Além disso, por ser transversal e de suma importância no contexto de reestruturação de equipe, ações vinculadas à Etapa 6 – Formação Permanente da Equipe - poderão ser registradas já na 1ª Etapa, tendo em vista seu caráter formativo e nivelador de conceitos pertinentes à condução teórico-metodológica do PEA-BG.

Ainda nesta Etapa, serão registradas também atividades referentes à 7ª Etapa - Comunicação -, que também se trata de uma Etapa Transversal, ou seja, ocorre concomitantemente às demais e independe do desenvolvimento da etapa vigente. À esta etapa estão vinculadas atividades de mobilização.

## V.2 2ª ETAPA – RETOMADA DAS AÇÕES PRESENCIAIS

Tendo em vista a possibilidade de retorno gradual das atividades presenciais, considerando o avanço da vacinação em todo território nacional e a diminuição das restrições quanto ao isolamento social, a 2ª Etapa deste Plano de Trabalho se consolida como um momento de grande expectativa, tanto para os sujeitos quanto para a equipe executora. Para atender à especificidade deste momento, propõe-se a realização de atividades que buscarão, em primeira instância, perceber a nova realidade que se apresenta, considerando novas dinâmicas e arranjos sociais nas localidades de abrangência do PEA-BG.

O detalhamento das ações propostas para esta etapa será apresentado a seguir:

- a) **Visitas Exploratórias:** realização de até três visitas técnicas, por nucleação, para identificação de possíveis alterações na dinâmica social de cada comunidade pós período de isolamento social. Objetiva-se com estas visitas: (i) mapear espaços de

uso coletivo dos sujeitos prioritários do PEA-BG (pontos de embarque e desembarque, locais de venda do pescado, áreas de lazer deste grupo social, espaços e festividades de cunho religioso) (ii) mapear espaços que poderão ser utilizados como locais de apoio para as atividades do PEA-BG *in loco* que tenham a infraestrutura necessária para realizar reuniões comunitárias, de forma que seja possível manter as normas de segurança sanitária estabelecidas pelos órgãos de saúde, no momento de sua execução; (iii) realização de ações de mobilização buscando a articulação institucional, a reaproximação com lideranças comunitárias e atores sociais vinculados à pesca artesanal que atuam nas localidades contempladas pelo PEA-BG, a fim de retomar o contato presencial informando sobre a nova Fase do Projeto.

- b) **Reuniões de (re) aproximação:** atividades de extrema relevância, tendo em vista a interrupção das atividades presenciais em virtude das medidas de isolamento social. Tais encontros serão marcados como início formal da Fase 2 do PEA-BG, com previsão de uma reunião por nucleação, perfazendo um total de nove (09) reuniões, com duração de 2h cada. Na ocasião, serão apresentadas as ações previstas para a Fase vigente, seguido de um momento reservado à definição dos temas a serem trabalhados nas Ações Formativas Estruturantes (3ª Etapa). O encontro contará ainda com a distribuição de um material impresso explicativo sobre o plano de retomada das ações presenciais. Ressalta-se que, caso seja necessário, de acordo com as demandas apresentadas pelas nucleações, poderão ser realizadas outras reuniões, com o caráter de reaproximação.
- c) **Fortalecimento das Comissões Comunitárias - CCs:** ao longo da Fase 1, foi possível notar a potencialidade que as Comissões Comunitárias possuem no âmbito do PEA-BG. Assim, nesta fase, serão realizadas ações voltadas especificamente a esses grupos com vistas ao seu fortalecimento, uma vez que são relevantes para a ampliação da mobilização dos sujeitos prioritários. Somado a isso, por manterem uma relação de proximidade entre os sujeitos e a equipe executora, as CCs auxiliam na identificação de demandas, no planejamento, na organização das Ações Formativas Estruturantes e referendam os temas

trabalhados nos Encontros Temáticos. As primeiras reuniões com estes grupos serão realizadas no início da 2ª Etapa, dada a necessidade de as comissões auxiliarem no processo de retomada às atividades presenciais. A fim de manter uma periodicidade nas atividades voltadas aos grupos que formam as CCs, estão previstas 05 (cinco) reuniões espaçadas ao longo da execução da Fase 2.

Ressalta-se que as ações descritas nesta etapa pressupõem o apoio e orientação da coordenação pedagógica, considerando a diversidade de estratégias pedagógicas que podem ser utilizadas como recursos de aproximação, de forma a atender as especificidades de cada nucleação.

### V.3 3ª ETAPA – AÇÕES FORMATIVAS ESTRUTURANTES

A 3ª Etapa consiste na execução de atividades que constituem o processo educativo junto aos atores da cadeia da pesca artesanal atuantes na Baía de Guanabara. Devido ao importante papel que possuem no processo político-pedagógico do PEA-BG, as AFES constituem a espinha dorsal das atividades realizadas no âmbito deste Plano de Trabalho. Nesse sentido, as atividades aqui propostas buscarão: (i) dar continuidade ao processo formativo iniciado na Fase 1 do PEA-BG; (ii) realizar encontros formativos de nivelamento conceitual, considerando a retomada das atividades presenciais e a possível adesão ao Projeto por novos sujeitos prioritários; (iii) realizar o acompanhamento dos Projetos-Pilotos nas comunidades de Itambi (Itaboraí) e Suruí (Magé).

A seguir, será apresentado como se dará a organização e distribuição das AFES conforme seus objetivos:

- a) **AFES Eixo Temático:** estas atividades buscam essencialmente dar continuidade ao processo formativo iniciado na Fase 1. Os temas a serem trabalhados deverão ter como guia orientador os Eixos Temáticos definidos nas Reuniões de Retomada, a fim de que seja possível o aprofundamento teórico sobretudo de temas que, por motivos já conhecidos, não puderam ser aprofundados na ocasião da Fase 1. Além destes, caberá ainda uma avaliação sobre a possibilidade de continuidade dos temas trabalhados nas AFES realizadas no segundo semestre de

2021, visto que no momento de elaboração deste documento as atividades estavam sendo iniciadas, após aprovação do realinhamento do Plano de Trabalho por esta coordenação. Prevê-se a realização de três (03) AFES para cada Eixo Temático, por cada nucleação, com duração de 2h cada. Assim, serão realizadas ao todo 108 Atividades Formativas Estruturantes ao longo do desenvolvimento da Fase 2.

**b) AFES de Nivelamento:** serão encontros nos quais pretende-se abordar uma revisão ampla e geral sobre conceitos essenciais ao entendimento do PEA no contexto do Licenciamento Ambiental Federal. Prevê-se a realização uma AFE de Nivelamento em cada nucleação, após a retomada das atividades presenciais e início do processo de mobilização. Cada encontro deverá ter duração de 2h e contará com recursos pedagógicos que auxiliem no processo ensino-aprendizagem, de forma lúdica e contextualizada com a realidade dos sujeitos da ação educativa. Entre os recursos pedagógicos, prevê-se a criação de vídeos e *podcasts* que abordem temas trabalhados nesses encontros, a fim de contribuir para o processo de assimilação dos conteúdos. A produção desse conteúdo está vinculada à 7ª Etapa, que possui caráter de transversalidade e se localiza no campo da Comunicação. Caso identificada a necessidade, poderão ser realizadas mais de uma AFE de Nivelamento em cada nucleação.

**c) AFES Acompanhamento dos Pré-Projetos Comunitários - Projetos-Pilotos:** estes serão encontros nos quais as ações formativas serão voltadas especificamente para as Comissões Comunitárias de Suruí e Itambi, visto que estas configuram as comunidades consideradas pilotos, no processo de elaboração dos pré-projetos comunitários. Espera-se que esses encontros abarquem tanto o processo formativo, a partir do aprofundamento de temas vinculados aos projetos iniciados na fase anterior, como o caráter avaliativo, considerando a necessidade de verificar os desafios enfrentados e os avanços registrados. Para essa modalidade de AFE, a definição dos temas será a partir dos resultados obtidos ao término da Fase 1, sobretudo, a partir os encaminhamentos da Oficina de Validação dos Pré-Projetos Comunitários. A partir da avaliação dos Projetos-Pilotos, será possível identificar possibilidades de avanços no enfrentamento dos

impactos e problemas socioambientais apontados no DP, contribuindo, assim, para a mitigação destes. Para o período, estão previstas a realização de encontros trimestrais com duração de 2h cada.

De um modo geral, a metodologia proposta para essas atividades consiste na realização de rodas de conversa, considerando a horizontalidade e autonomia dos participantes para apresentar questionamentos e/ou contribuir com os temas, a partir de relatos de experiências e vivências obtidas no cotidiano de trabalho da pesca artesanal. Há que se destacar a possibilidade de convidar profissionais/consultores especialistas para conduzirem encontros como as AFES. A contratação de consultores especialistas, além de possibilitar o aprofundamento dos temas, poderá contribuir para orientação da equipe executora no que diz respeito aos desdobramentos das ações futuras, sobretudo àquelas relacionadas ao acompanhamento dos Pré-Projetos Comunitários.

A fim de esclarecer a alteração na carga horária das atividades propostas, cabe mencionar que a opção de realizar encontros com duração de 2h se consolida nesta fase do projeto em virtude do caráter de retomada das atividades presenciais. Tendo em vista o extenso período de realização de atividades remotas, faz-se necessário um retorno gradual às atividades, respeitando o tempo dos sujeitos e as limitações que, porventura, possam surgir nesse momento de retomada e readaptação. Caberá à equipe executora o processo de constante avaliação para identificação da necessidade de ajustes quanto ao tempo de duração das atividades previstas.

#### ***V.4 4ª ETAPA – INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E ENCONTROS TEMÁTICOS***

No último ano, os Encontros Temáticos se consolidaram como importante estratégia pedagógica no desenvolvimento da Fase 1, visto que as atividades realizadas remotamente tiveram seus objetivos alcançados com propostas de encaminhamentos e possibilidades de desdobramentos futuros. Da mesma forma, o Intercâmbio de Experiências, a partir do realinhamento do Plano de Trabalho da Fase 1, buscou promover integração e articulação entre as comunidades, a partir do compartilhamento de experiências exitosas, fomentando a relação entre os sujeitos prioritários e o envolvimento destes na luta e no fortalecimento da atividade de pesca artesanal. Diante

disso, os Encontros Temáticos e o Intercâmbio de Experiências serão mantidos na Fase 2 do PEA-BG, a fim de complementar o processo formativo dos sujeitos da ação educativa, tendo em vista que os temas definidos, além de terem como guia orientador os Eixos Temáticos, estarão alinhados às temáticas abordadas nas AFES e referendadas pelas Comissões Comunitárias.

Cabe ressaltar que os Encontros Temáticos e o Intercâmbio de Experiências, embora localizados na mesma Etapa e pensados de forma complementar, possuem objetivos e intencionalidades distintas. Enquanto o Encontro Temático se apresenta como importante espaço de construção coletiva de propostas que buscam a superação dos problemas identificados pelos sujeitos prioritários, promovendo competências e capacidades coletivas e refletindo sobre as dimensões macrossociais que afetam a vida comum e a pesca em toda a Baía de Guanabara; o Intercâmbio de Experiências consolida a relação teoria-prática fomentando a perspectiva dialética que embasa o PEA-BG (ação – reflexão – ação), além de possibilitar importantes reflexões sobre os limites e possibilidades que envolvem o planejamento e a execução de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da pesca.

Diante do exposto e com base no cronograma para esta Fase, prevê-se a execução de cinco (05) Encontros Temáticos, realizados em intervalos quadrimestrais, de forma que seja possível registrar tal ação ao longo de toda Fase, em paralelo às demais atividades pedagógicas. Quanto ao Intercâmbio de Experiências, estão previstas quatro (04) ações que, considerando o retorno das atividades presenciais, poderão ser realizadas *in loco*, potencializando a experiência.

#### **V.5 5ª ETAPA – PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DO ENCONTRO DE ENCERRAMENTO DA FASE 2**

Período de elaboração e realização do Encontro de Encerramento da Fase 2, no qual será feita avaliação dos resultados obtidos e apresentadas informações sobre a continuidade do projeto na Fase 3. A programação e o roteiro pedagógico desse Encontro serão elaborados pela equipe executora, com contribuições das Comissões Comunitárias. Deverão participar desse encontro a equipe técnica da Petrobras, a equipe executora do projeto, analistas ambientais do Ibama, se possível, e público prioritário do projeto e

instituições de interesse, totalizando uma estimativa de até 300 pessoas. O formato do evento também deverá ser apresentado posteriormente, pela equipe responsável pela execução do PEA-BG, considerando, no momento da elaboração, o cenário sanitário a respeito da Covid-19 nos municípios contemplados pelo Projeto.

Cabe ressaltar que, em virtude do caráter complementar e transicional da Fase apresentada neste documento, o referido encontro não tem como intencionalidade se equiparar a um encontro regional. O mesmo contará com atividades de avaliação, contudo, os ajustes pretendidos a partir da avaliação realizada deverão ser incorporados na fase seguinte, quando será destinada uma etapa à revisão destes encaminhamentos.

#### **V.6 6ª ETAPA - FORMAÇÃO PERMANENTE DA EQUIPE**

Esta Etapa consiste na formação continuada da equipe executora, com instrumentalização para desenvolvimento de todas as etapas previstas no PEA, avaliação constante e adequação das ações, por meio do sistema de monitoramento e avaliação. A formação será realizada por meio de sete (7) oficinas, com previsão de 8h de duração cada encontro. As duas primeiras oficinas de formação da equipe deverão ser realizadas na 1ª Etapa, considerando a necessidade de alinhamento conceitual e preparação para retomadas das ações presenciais. A fim de se configurar uma etapa transversal, que perpassa as demais etapas, as oficinas serão distribuídas ao longo de todo processo de implementação da Fase 2. Dessa forma, espera-se ainda que os temas trabalhados nas oficinas formativas acompanhem as demandas que se apresentarão por todo período de execução deste Plano de Trabalho. Antes de cada oficina será realizada uma reunião preparatória com a equipe executora para avaliação do andamento do trabalho e definição da programação (conteúdo e estratégias pedagógicas), com vistas a subsidiar a elaboração dos Roteiros Pedagógicos das Oficinas.

Cabe ainda destacar que em atendimento à Solicitação 6 do Parecer Técnico nº 357/2019 – COPROD/CGMAC/DILIC, estão previstos (ainda sem datas definidas) encontros pedagógicos com a participação das coordenações executoras dos PEAs Petrobras que trabalham com a temática PGTR, para alinhamento conceitual acerca dos temas balizadores dos projetos. Nesse sentido, cabe mencionar neste documento que a participação da coordenação deste PEA, tanto nas oficinas preparatórias que serão

realizadas virtualmente quanto no evento de culminância com previsão de realização no formato presencial, também integrarão o processo de formação permanente da equipe executora. Por fim, ressalta-se que estes eventos são integralmente de responsabilidade da operadora e, por isso, a executora estará isenta de custos, planejamento e execução.

#### **V.7 – 7ª ETAPA – COMUNICAÇÃO**

Nessa Etapa estarão concentradas as atividades de mobilização, consolidação e publicização das informações que serão estruturadas de maneira transversal. Para mobilização, propõe-se a elaboração de um plano, estruturado a partir de relatórios que detalharão todo o processo de planejamento das ações que serão realizadas nas comunidades, seus objetivos, metas e escopo da mobilização, além do cronograma e das principais atividades desenvolvidas durante a elaboração do relatório, envolvendo as comunidades e capacitação da equipe para contínua execução de mobilização. Esse plano deverá identificar as possibilidades de integração das comunidades ao PEA-BG no tocante à participação, mapeando os desafios para o engajamento e possível articulação com partes interessadas locais e regionais (associações, colônia etc.)

Quanto à sistematização das informações, deverão ser elaborados relatórios descritivos e analíticos da Fase, para fins de registro processual, consolidando as atividades realizadas e resultados alcançados. Também serão elaborados materiais de comunicação para apresentação do projeto, boletins contendo a síntese dos objetivos/metas alcançadas e os resultados do PEA em cada ano, com base em indicadores de resultado. Para isso, está prevista a permanência do Sistema de Monitoramento e Avaliação para acompanhamento do Projeto.

Serão elaborados materiais audiovisuais (vídeos, *podcasts* e *cards*) para mobilização de atividades educativas e realização de eventos que poderão ocorrer presencialmente ou de maneira remota. Os canais estruturados para comunicação e divulgação das atividades do projeto permanecerão (grupo de *WhatsApp*, grupo do *Facebook* e canal no *Youtube*). Visando ampliar os canais instituídos e a articulação institucional, propõe-se a migração do grupo no *Facebook* para uma *fanpage*, e criação de perfil no Instagram. Deverá ser realizado um levantamento com as temáticas de maior relevância para o público prioritário com objetivo de subsidiar a veiculação de postagens. Além disso, um



cronograma deve ser estruturado, estabelecendo uma periodicidade de publicações das diferentes mídias sociais do Projeto.

Um Plano de Comunicação deverá ser desenvolvido e finalizado durante a fase de planejamento. O documento deverá identificar a forma como o PEA-BG vai se comunicar com o público. Nele, os objetivos de comunicação a serem alcançados deverão ser claramente estabelecidos. Além disso, o Plano deverá detalhar o atual cenário das comunidades (conflitos e potencialidades) da área de abrangência do PEA-BG, abarcando como se pretende trabalhar o Projeto diante das diferentes mídias sociais estabelecidas e do público prioritário, com vistas à retomada presencial e todo decorrer dos 24 meses de execução, além de estabelecer o sistema de gerenciamento das redes sociais. O Plano deverá fornecer uma atualização do perfil dos sujeitos da ação e do diagnóstico de acesso à internet, identificando qual o tipo de postagem gera maior engajamento (áudio, vídeo, imagem ou texto). O documento também deverá conter uma planilha com resumo das partes interessadas (*mailing list*).

O material de divulgação será estruturado para atender as redes sociais do Projeto, comunicar o público prioritário sobre as atividades, além de atuar como base de apoio para as ações de formação.

## V.8 – ETAPA DE TRANSIÇÃO

Etapa que se estabelece durante os cinco (05) meses finais da Fase 2, nos quais a equipe deverá evitar a descontinuidade das atividades no período de nova contratação para execução do projeto. O novo processo de contratação será iniciado após a aprovação do Plano de Trabalho da Fase 3, com protocolo previsto para novembro de 2022. Nessa etapa haverá a continuidade/realização das seguintes atividades: (i) AFES / Eixos Temáticos (3ª Etapa); (ii) Encontros Temáticos (4ª Etapa); (iii) Oficinas de Formação Permanente da Equipe (6ª Etapa); (iv) reuniões das Comissões Comunitárias; (v) Encontro de Encerramento da Fase 2; (vi) ações de mobilização e comunicação: boletins informativos e elaboração de relatórios.

## ***VI – ATIVIDADES PREVISTAS PARA A ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO***

Para este item do Plano Trabalho, as atividades previstas para a Atualização do Diagnóstico Participativo deverão considerar o caráter complementar e transicional da Fase 2. Portanto, tendo em vista a elaboração dos materiais de comunicação apresentados no documento de revisão para a Fase 1 (Caderno Final da Fase 1, Vídeo Final da Fase 1, Caderno de Atualização do Diagnóstico Participativo, além da atualização do Mapa Cartográfico do PEA-BG), com publicação prevista para o primeiro semestre de 2022, propõe-se para esta Fase uma atualização simplificada do DP.

Dessa forma, serão considerados dados atualizados as informações obtidas em publicações bibliográficas e/documentais com data a partir de março/2022, configurando assim, atualização de dados secundários. Com relação aos dados primários, os cadernos serão atualizados com informações obtidas juntos aos sujeitos prioritários desde as Visitas Exploratórias, realizadas a partir de abril/2022, nas primeiras incursões após retomada das atividades presenciais. A partir do levantamento dessas informações, a equipe executora deverá publicar uma atualização dos materiais impressos e garantir a publicização dos mesmos.

## ***VII – METAS E INDICADORES***

As metas e indicadores a serem utilizados tomarão como base o sistema de avaliação proposto por OGPar/PUC-Rio (2016).

## ***VIII – PREVISÃO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS (FASE 3)***

Novamente, tendo em vista o caráter excepcional da Fase 2 e os encaminhamentos da reunião realizada em 29 de julho de 2021 com esta coordenação (registro em ata SEI 10524565), este item não apresentará o detalhamento das atividades previstas para a construção coletiva das próximas ações, a serem implementadas na Fase 3.

O detalhamento das ações pertinentes à elaboração da Fase 3 poderá ser verificado na correspondência SMS/LCA/MPL-E&P/MPL-AGUP-LIBRA-BUZIOS 0165/2021 “Revisão Parcial do Plano de Trabalho do Projeto de Educação Ambiental da Baía de

Guanabara (PEA-BG) – Região 4”, protocolado em 30 de junho de 2021, uma vez que a proposta de Plano de Trabalho da referida fase será elaborada após o Encontro de Culminância previsto para janeiro de 2022.

Contudo, buscando complementar o Plano de Trabalho Fase 3 (a ser protocolado em novembro/2022), caberá à equipe executora elaborar um documento de sistematização contendo as principais demandas apresentadas durante avaliação realizada no Encontro de Encerramento e nas demais atividades avaliativas realizadas ao longo do período de execução da Fase 2 (reuniões com as CCs, AFES de acompanhamento dos Pré-Projetos Comunitários etc.). Tal documento poderá auxiliar a equipe executora responsável pela Fase 3 a adequar o Plano de Trabalho às questões levantadas durante a Fase 2 e que, porventura, não foram contempladas no momento de sua elaboração.

## ***IX – PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS***

A equipe que irá conduzir este projeto deve ser multidisciplinar, composta por profissionais especializados em Educação Ambiental Crítica e profissionais com experiência em educação popular, com conhecimento sobre controle social, participação popular em processos decisórios e metodologias participativas. Além destes profissionais, deverão compor a equipe os Agentes de Campo, cujo perfil deve considerar o vínculo que possuem com a pesca artesanal e o histórico de atuação no território. Tendo em vista a relevância da atuação desses sujeitos e todo o conhecimento acumulado ao longo da execução do projeto, deverá ser considerado a manutenção dos sujeitos que atuaram na Fase 1.

Para a execução da Fase 2, mantém-se o dimensionamento de equipe proposto para execução da fase anterior. Porém, observa-se a necessidade de incorporar dois profissionais para compor o quadro de equipe técnica: um com formação em Comunicação Social (e habilitação em Jornalismo) e um coordenador de campo. Para o tratamento de assuntos específicos podem ser convidados especialistas, entretanto, faz-se necessário alinhamento pedagógico com cada especialista, visando a adequação das atividades ao método proposto no projeto.

A composição da equipe é apresentada no **Quadro II**, bem como os respectivos perfis profissionais. Ressalta-se que não são apresentados os nomes dos profissionais

porque essa definição depende do resultado do processo de contratação de empresa consultora para implementação do projeto, a ser iniciado após a aprovação desse Plano de Trabalho.

<b>Quadro II - Equipe Técnica do PEA-BG (Fase 2)</b>				
<b>Cargo</b>	<b>Formação</b>	<b>Função/Área de Atuação</b>	<b>Experiência</b>	<b>Quant</b>
Coordenador Geral	Graduação em Ciências Humanas ou Biológicas, com especialização, preferencialmente, na área de Educação.	Coordenação técnica do projeto	Pelo menos oito (08) anos de experiência em coordenação de projetos sociais de base comunitária e/ou experiência em gestão pública.	1
Coordenador de Campo	Graduação em Ciências Humanas ou Biológicas, com especialização, preferencialmente, na área de Educação.	Coordenação de campo e das atividades comuns do projeto envolvendo os municípios nucleados	Pelo menos cinco (05) anos de experiência em projetos de educação ambiental e/ou Educação Popular	1
Orientador Pedagógico	Graduação em Ciências Humanas, com especialização, preferencialmente na área de Educação Popular.	Orientação pedagógica do projeto	Pelo menos oito (08) anos de experiência na condução de projetos de educação ambiental e/ou Educação Popular.	1
Jornalista	Graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, e experiência em Educação Popular.	Coordenar as ações de comunicação do projeto	Experiência na produção e material/ferramentas de comunicação para projetos sociais de base comunitária e/ou de Educação Ambiental ou Educação Popular.	1
Analista Ambiental	Graduação em Ciências Humanas ou Biológicas.	Execução das atividades previstas (condução de reuniões, oficinas etc., articulação interinstitucional, visitas, entre outras atividades).	Pelo menos três (03) anos de experiência em projetos de educação ambiental crítica e/ou Educação Popular.	8
Agentes de Campo	Sem exigência de formação escolar, mas alfabetizado e com avaliação de perfil.	Mobilizar o público para as atividades, participação no planejamento, na execução, na avaliação e no monitoramento do projeto.	Pelo menos dois (02) anos de experiência em projetos de educação ambiental e/ou Educação Popular	12

## X – CRONOGRAMA FÍSICO

O **Quadro III** apresenta o Cronograma Físico do PEA Baía de Guanabara. Ressalta-se que esse cronograma poderá ser complementado posteriormente com as informações financeiras, que não são apresentadas nesse momento por dependerem do resultado do processo de contratação a ser iniciado após a aprovação desse Plano de Trabalho.



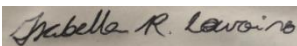
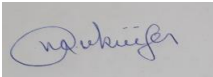

**Quadro III** – Cronograma Físico do PEA BG.

Fase 2																								
Etapa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
1ª Etapa - Estrutção e Planejamento	█	█																						
2ª Etapa - Retomada das Ações Presenciais	█	█	█					█				█					█				█			
3ª Etapa - Ações Formativas Estruturantes			█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	
4ª Etapa - Intercâmbio de Experiências e Encontros Temáticos					█	█				█	█			█	█			█	█			█	█	
5ª Etapa - Encontro Encerramento Fase 2																							█	█
6ª Etapa - Formação Permanente da Equipe	█	█						█				█				█					█		█	
7ª Etapa - Comunicação	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Etapa de Transição																					█	█	█	█

*Isabella R. Lavoie*  
Responsável Técnico

Revisão 00  
Agosto / 2021

**XI – RESPONSÁVEL TÉCNICO E CADASTRO TÉCNICO FEDERAL**

<b>Quadro IV – Responsáveis Técnicos</b>				
<b>Responsável Técnico</b>	<b>Área Profissional</b>	<b>Conselho Regional</b>	<b>Cadastro Técnico Federal</b>	<b>Assinatura</b>
Alex Archer Marques Gomes	Geógrafo	Crea-RJ 2009789113	6094204	
Bruno Purcino Peçanha	Jornalista		NA	
Isabella Loureiro	Engenheira	1994102770-9	NA	
Marcio Antonio Von Krieger	Jornalista	0028941/RJ	NA	
Nathalia Araújo e Silva Martinez	Pedagoga		NA	

**XII – REFERÊNCIAS**

Anello, L. S. (2009). *Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FURG, Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental (Doutorado), Rio Grande.

Brasil. (2005). *Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA*. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental, Brasília.

BRASIL. (2005). *Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA*. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental, Brasília.

- Diegues, A. C., & Arruda, R. S. (2001). *Saberes Tradicionais e Biodiversidade No Brasil*. Ministério do Meio Ambiente-MMA / Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade. Universidade de São Paulo-USP / NUPAUB. , Brasília.
- Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos* (5 ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1981). *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17 ed.). Rio e Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IBAMA. (2002). *Como o Ibama exerce a educação ambiental / Coordenação Geral de Educação Ambiental*. Acesso em 29 de 08 de 2016, disponível em IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/glossario/>
- IBAMA. (2002). *Como o IBAMA exerce a educação ambiental / Coordenação Geral de Educação Ambiental*. Acesso em 29 de 08 de 2016, disponível em IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/glossario/>
- IBAMA. (2002). *Como o IBAMA exerce a educação ambiental / Coordenação Geral de Educação Ambiental*. Acesso em 29 de 08 de 2016, disponível em IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/glossario/>
- LIMA, L. S. (2009). *A participação no Conselho Ambiental da Ilha dos Marinheiros (Rio Grande – RS): diálogos entre a Educação Ambiental Transformadora e o Gerenciamento Costeiro Integrado*. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande - UFRG, Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental (Mestrado), Rio Grande.

- LOUREIRO, C. F. (2009). *Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento* (Vol. 5). Salvador: IMA.
- LOUREIRO, C. F., AZAZIEL, M., & FRANCA, N. (2007). *Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos*. Rio de Janeiro: IBASE.
- OGPar/PUC. (2016). *Modelo de Avaliação de Projetos de Educação Ambiental em teste para PEAs da Bacia de Campos (Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de PEAs no Âmbito do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás*. Processo IBAMA 02022.001019/11.
- QUINTAS, J. S. (2004). *Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória* In LAYRARGUES, P. P. (Coord.) *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA.
- SCOCUGLIA, A. F. (1999). *Origens e perspectivas do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire* (2 ed., Vol. 25). São Paulo: Educação e Pesquisa.
- TRIMBLE, M., ARAÚJO, L. G., & SEIXAS, C. S. (2014). One party does not tango! Fishers' non-participation as a barrier to co-management in Paraty, Brazil. *Ocean & Coastal Management*(92), 9-18.